



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA
Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais

NOTA TÉCNICA Nº 21/2016-CGOS/SCUP

Assunto: Análise do cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, no período de janeiro a dezembro de 2015.

Ref.: Processo nº: 01200.001834/2010-29

PREÂMBULO

1. No cumprimento de suas competências regimentais de Supervisão e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados por este Ministério com Organizações Sociais qualificadas no âmbito da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e em consonância com o Art. 36 da Portaria MCT nº 967, de 21 de dezembro de 2011, com as alterações das Portarias MCTI nº 777, de 31.10.2012 e Portaria MCTI nº 1.123, de 11.12.2015, esta CGOS/SCUP apresenta Nota Técnica à administração superior deste MCTI, para a instrução de conformidade processual e encaminhamentos pertinentes à supervisão do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. **A presente Nota Técnica apresenta a análise sobre a execução do programa de trabalho do exercício de 2015 com ênfase na avaliação do cumprimento das metas pactuadas e resultados alcançados no escopo das diretrizes e objetivos estratégicos do Contrato de Gestão.** Tal análise foi efetuada com base no Relatório da Comissão de Avaliação (CA) e no Relatório de Gestão da OS intitulado “Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM-OS – Exercício de 2015”.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. O IDSM, com sede na cidade de Tefé, Estado do Amazonas, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com a missão de promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável. Por força do Decreto Presidencial s/n, de 4 de junho de 1999, o IDSM foi qualificado como **Organização Social**, de acordo com o regramento prescrito no artigo 1º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais.

3. Com fundamento nas disposições contidas no artigo 5º da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998, em 23 de março de 2001, foi celebrado o **primeiro Contrato de Gestão** entre a União, por intermédio do MCTI, e o IDSM em 23 de março de 2001. Ao término da vigência deste Contrato, foi celebrado o segundo Contrato de Gestão (fls. 139 a 149), em 27 de maio de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Até a presente data, o segundo ciclo do Contrato de Gestão está aditado em seu 15º Termo Aditivo e **seu prazo de vigência foi prorrogado até o dia 30 de junho de 2017..**

4. Em atenção ao § 3º. do art. 8º. da Lei no. 9.637/98 e à Cláusula Segunda do Contrato de Gestão – “Dos Objetivos Estratégicos”, a Comissão de Avaliação, tendo por base as informações documentadas no “Relatório Anual IDSM - 2015”, reuniu-se na sede do MCTI em Brasília-DF, no período de 15 a 17 de março de 2016 com o objetivo de avaliar os resultados alcançados no exercício de 2015, no cumprimento das metas firmadas para os indicadores de resultado pactuados para aquele período, emitindo Relatório Anual e Conclusivo no qual se baseia esta Nota Técnica.

Recursos Financeiros Aportados ao Contrato de Gestão em 2015

5. No Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM em 27/05/2010 foi contratualizado para 2015 o valor de R\$ 27.535.000,00. No entanto, os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2015 destinados ao fomento da Organização Social corresponderam a R\$ 18.286.167,00 (Dezoito milhões, duzentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta e sete reais), **uma redução de 33,5%.**

6. Apesar de a LOA 2015 haver autorizado o MCTI a pactuação de recursos com o IDSM no valor de R\$ 18.286.167,00, em 22 de maio de 2015, a União editou o Decreto nº8456 estipulando limite de empenho para o MCTI (Contingenciamento), sendo que montante autorizado na ocasião ao IDSM foi de R\$ 12.286.167,00, uma redução de 32,8%. Enfatiza-se que em 2015, diferentemente de 2013 e 2014, os recursos financeiros da Ação 212H estavam 100% na LOA vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Unidade Gestora 24901.

7. Para a celebração do primeiro Termo Aditivo de 2015, o montante negociado inicialmente entre MCTI, FINEP e IDSM foi de R\$ 5.769.245,00, sendo que deste valor



foi descontado 1% a título de taxa administrativa da FINEP (R\$ 182.617,00). Assim, o valor de R\$ 5.586.383,77 foi empenhado pela Nota de Empenho nº 2015NE00001, de 19 de junho de 2015, e alocado de acordo com a discriminação constante no “Anexo III – Cronograma de Desembolso para 2015 – Recursos LOA FNDCT”.

8. Em 03 de setembro de 2015, foi publicado o Decreto Presidencial s/n, no Diário Oficial da União, que transferiu, parcialmente, dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em suma, este Decreto transferiu para o MCTI o valor de R\$ 424.315.876,00, relativo à ação 212H – Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais para o MCTI, sendo R\$ 12.516.922,00 destinados ao IDSM.

9. Em 30 de setembro de 2015, foi assinado o 15º Termo Aditivo no valor de R\$ 6.585.776,00 destinados às atividades regulares de pesquisa e desenvolvimento no IDSM foi empenhado pelas Notas de Empenho nº 2015NE00018 e 2015NE00019.

10. No início de novembro, o MCTI aprovou mais R\$ 4.000.000,00 para empenho que foram pactuados no 14ª Termo Aditivo em 11 de dezembro de 2015, o que resultou no empenho total de R\$ 16.286.167,00, diminuindo o impacto do contingenciamento do orçamento aprovado pela LOA/2015 (de 32% para 11%).

Tabela 1. Lista de recursos previstos nos 12, 13 e 14º TA's ao Contrato de Gestão MCTI/IDSM comparado aos efetivamente repassados em 2015.

Origem	Plano de Ação do Contrato de Gestão	Valor Pactuado por Termos Aditivos em 2015	Recursos repassados em 2015
LOA/FNDCT	Ação Orçamentária 212H – PO 0002 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas e Não-Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM.	12º TA – R\$ 5.586.383,77	R\$ 5.586.383,77
LOA/MCTI	Ação Orçamentária 212H – PO 0002 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas e Não-Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM.	13º TA R\$ 6.585.776,00	R\$ 6.585.776,00
	Ação Orçamentária 212H – PO 0002 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas e Não-Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM.	14º TA – R\$ 4.000.000,00	R\$ 1.500.000,00 ¹
TOTAL		R\$ R\$ 16.286.167,00	R\$ 13.672.159,77

11. A título de registro, a Reserva Técnica Financeira, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato de Gestão e Portaria MCTI nº 967/2011, deve ser constituída a partir dos saldos financeiros dos exercícios anteriores e do resultado de aplicação financeira

¹ Os recursos recebidos do MCTI foram pagos em 30.12.2015 (Ordem Bancária 2015OB800048) e disponibilizados aos IDSM no dia 04.01.2016).



dos mesmos, com 3 (três) objetivos: (i) custear as atividades do Instituto por, no máximo, 8 (oito) meses; (ii) pagamento de contratos ou direitos trabalhistas; e (iii) outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão.

12. O saldo financeiro dos exercícios anteriores em 31/12/2014, no valor de R\$ 8.015.956,02 foi repactuado no primeiro Termo Aditivo do ano de 2015 (12º Termo Aditivo), destinando o valor de R\$ 2.495.956,00, correspondentes às ações iniciadas em exercícios anteriores e continuadas no exercício de 2015 e R\$ 5.520.000,00 correspondente à Reserva Técnica Financeira estabelecida para o exercício de 2015. De acordo com as informações extraídas da Cláusula 3ª – Dos Saldos Financeiros, do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o saldo financeiro em 31/12/2013 era de R\$ 11.025.532,00.

13. Dos dispêndios efetuados em 2015 relacionados às atividades do IDSM-OS, o montante de R\$ 14.136.979,36 foi gasto com a rubrica “Pessoal e Encargos”, correspondente a **115% do total dos recursos públicos financeiros repassados em 2015**, extrapolando, se considerados apenas os valores repassados da LOA 2015, o limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão, conforme demonstrado no Quadro 19, constante no Relatório de Gestão Anual 2015 do IDSM, Parte I, página 74. Este item será abordado novamente nos Parágrafo 46 a 48 desta NT.

14. Durante a 49ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do IDSM, realizada entre os dias 01 a 10 de fevereiro de 2016, por meio de Correio Eletrônico, o Conselho de Administração aprovou, com sete votos dos nove conselheiros, o Relatório Anual 2015 do Contrato de Gestão e os Pareceres dos Auditores Independentes. Dois conselheiros manifestaram-se favoravelmente pela aprovação, porém a resposta chegou após o prazo estabelecido.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS PACTUADAS PARA 2015

15. A Comissão de Avaliação - CA, instituída pela Portaria MCTI nº 173, publicada no DOU de 11/02/2015, reuniu-se na cidade de Brasília-DF, na sede do MCTI no período de 15 a 17 de março de 2016, com o objetivo de acompanhar os índices alcançados pelo Instituto no exercício de 2015, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato, tendo por base o Relatório Anual de Gestão – IDSM 2015, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

16. As competências da CA estão definidas na Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011, a saber:

“Art. 20. Compete à CA realizar a análise periódica dos resultados atingidos com a execução do contrato de gestão, nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, do instrumento contratual e de sua Portaria de



nomeação, cabendo-lhe:

I - analisar os relatórios de execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, para avaliar os resultados e metas alcançados pela OS, à luz dos objetivos do contrato de gestão, bem como as justificativas que porventura vierem a ser apresentadas em caso de não-consecução de metas e resultados;

II - propor, se for o caso, a revisão de indicadores e metas, bem como recomendar ações corretivas ou incrementais na sistemática de avaliação, no plano de ação, no cronograma de desembolso, nos dispositivos contratuais e nos relatórios de execução do contrato de gestão;

III – emitir relatório de acompanhamento semestral a fim de verificar, embasado em sistemas gerenciais de informação e no relatório de gestão semestral da OS, aspectos relativos à execução das atividades e ao potencial de cumprimento dos indicadores e metas pactuados no contrato de gestão;

IV – emitir relatório anual conclusivo de avaliação dos resultados, de que trata o §3º do art. 8º da Lei nº 9.637, de 1998, a ser encaminhado à SCUP, considerando, quando for o caso, as recomendações do acompanhamento semestral e a análise de subsídios e de suportes prestados aos trabalhos da CA; e

V – emitir relatório de avaliação do ciclo plurianual do contrato de gestão, a ser encaminhado à SCUP, analisando conclusivamente os resultados e impactos das linhas de ação e, quando for o caso, as recomendações e os laudos técnicos emitidos por consultores especialistas”.

17. Na reunião anual, a CA foi composta pelos seguintes membros: Ariane Luna Peixoto, Pesquisadora do JBRJ, representando o MCTI na qualidade de Especialista, Presidente da CA; Charles Roland Clement, Pesquisador do INPA, representando o MCTI na qualidade de Especialista; Nelson Moura Brasil do Amaral Sobrinho, pesquisador da UFRJ, representando o MCTI na qualidade de Especialista; Sonia Sena Alfaia, pesquisadora do INPA, representando o MCTI na qualidade de Especialista. e Lília Soares Ramos Ferreira, representante suplente da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEGES/MPOG.

18. Em atendimento ao art. 10 da Portaria do MCTI, acompanharam esta reunião, como representantes da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) do MCTI, Fábio de Paiva Vaz, Coordenador-Geral de Supervisão e acompanhamento das Organizações Sociais, Fabio Alexandre Barreto da Silva, Analista em C&T, da equipe da CGOS/SCUP e Sylvia Helena Figueiredo Prata da equipe SEGES/MPOG.

19. Para a preparação do Relatório Anual 2015, os membros da CA detiveram-se na orientação enviada pelo MCTI, por meio do ofício circular nº 03/2016-SCUP/MCTI, de



04/03/2016, que abrangeu as seguintes etapas:

- Informes e organização dos trabalhos (CGOS/CA);
- Consolidação da Agenda e estratégia de trabalho da CA;
- Apresentação formal do Relatório Anual 2015 pela Diretoria do IDSM;
- Análise do Relatório Anual 2015 do IDSM e verificação da execução do Plano de Ação comparativamente às metas pactuadas e análise do atendimento das solicitações e recomendações anteriores da CA;
- Acompanhamento dos resultados do Contrato de Gestão, com a verificação dos documentos elaborados e/ou editados, revistas, livros publicados, publicações indexadas, eventos, dentre outros que estejam relacionados ao Plano de Ação dos 12º, 13º e 14º Termos Aditivo ao Contrato de Gestão 2010-2016; análise da publicidade, difusão e disseminação dos conhecimentos científicos adquiridos; e análise da integração com outros atores públicos (contratos administrativos, convênios, etc);
- Elaboração do Relatório Anual 2015 pela CA;
- Discussão sobre o Quadro de Indicadores e Metas para o 4º Ciclo do Contrato de Gestão a ser celebrado em 2016 entre o MCTI e o IDSM e Avaliação do 3º Ciclo (2010-2016).
- Apresentação do Relatório da CA à Administração do IDSM

20. A Avaliação do Grau de Alcance das Metas para 2015 foi realizada apenas com base nas informações contidas no Relatório Anual 2015 do IDSM e na apresentação da Diretoria. Ressalta-se que devido a reunião ter sido realizada fora da Sede do IDSM não foi possível a verificação dos documentos *in loco* (publicações indexadas, publicações não-indexadas, anais de eventos, dentre outros que estavam relacionados ao Plano de Ação do 12º, 13º e 14º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão 2010-2016).

21. Nesse sentido, a CA, apresentou quadro comparativo das metas programadas e alcançadas em 2015, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Comparativo das metas anuais programadas e alcançadas no ano de 2015.

Indicador	Peso	Pactuado	Realizado	%	Nota	Total de Pontos
1. Produção Científica						
1- Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano.	2	0,95	1,1	116%	10	20
2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	3	0,8	1,0	125%	10	30
3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (IPub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	3	0,8	1,1	138%	10	30
4 – Índice Geral de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2	3	2,5	83%	8	16
5 – Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	2	5	5	100%	10	20



2. Disseminação Tecnológica						
6 – Nº de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	3	4	1	N/C	N/C	N/C
3. Manejo Sustentável						
7- Nº cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb)	3	7	7	100%	10	30
8- Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário	2	Abaixo de 320 m ² /ha	196,3 m ² /ha	---	10	20
9 – Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	2	4	3	75%	7	14
10 – Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).	2	Acima de 0,7	0,82	117%	10	20
11 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo de recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).	3	0,35	0,35	100%	10	30
4. Qualidade de Vida						
12 – Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.	1	0,164	0,151	92%	9	9
5. Tecnologias de Gestão						
13 – Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).	1	0,45	0,33	N/C	N/C	N/C
14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	2	1,0	1,0	100%	10	20
5. Tecnologias de Gestão						
15 – Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão do IDSM (AMRFCG).	2	Acima de 0,3	0,61	203%	10	20
16. Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano	2	<0,05%	1,32%	N/C	N/C	N/C
17. Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA)	2	<20%	13,77%	----	10	20
Total	31					299
Pontuação Global				9,65		

N/C: Comissão de Avaliação acordou em desconsiderar os indicados 6, 13 e 16 no cálculo da nota referente ao cumprimento das metas pactuadas.

22. Conforme demonstrado na Tabela acima, 10 dentre os 17 indicadores apresentaram metas atingidas, sendo que 5 delas foram superadas. Os comentários da CA em relação aos indicadores estão apresentados nas páginas 6 e 7 do Relatório Anual e Conclusivo 2015.

23. Segue nos parágrafos abaixo, o detalhamento dos comentários realizados pela CA para cada indicador de desempenho do IDSM:

Macroprocesso 1 – Produção Científica

Indicador 1 – Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano: Resultado Alcançado



Indicador 2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano. Resultado Alcançado

Indicador 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (IPub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano. Resultado Alcançado

Indicador 4 – Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI) reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano. Como previsto no Relatório Semestral 2015, a meta não foi alcançada por falta de recursos.

Indicador 5 – Número de eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM ao ano (EDCP). Resultado Alcançado

Macroprocesso 2 – Disseminação Tecnológica

Indicador 6 – Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM ao ano (EDEMP). Como previsto no Relatório Semestral 2015, a meta não foi alcançada por falta de recursos, inviabilizando a realização das atividades previstas. Portanto, a CA decidiu não considerar esse indicador na Avaliação Anual 2015.

Macroprocesso 3 – Manejo Sustentável

Indicador 7 – Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb). Resultado Alcançado

Indicador 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário: Resultado Alcançado. Embora não tenha sido finalizada a Análise de Campo por falta de recursos financeiros, a maioria das áreas analisadas mostrou alcance da meta.

Indicador 9 – Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA): Resultado não alcançado por falta de recursos financeiros.

Indicador 10 – Índice de Pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP): Resultado Alcançado

Indicador 11 – Índice de Comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM): Resultado Alcançado



Macroprocesso 4 – Qualidade de Vida

Indicador 12 – Índice de comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores:
Meta não alcançada por falta recursos

Macroprocesso 5 – Tecnologias de Gestão

Indicador 13 - Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC): Como previsto no Relatório Semestral 2015, a meta não foi completamente aferida por falta de recursos. Portanto, a CA decidiu não considerar esse indicador na Avaliação Anual 2015.

Indicador 14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISA AV). Resultado alcançado

Macroprocesso 6 – Desenvolvimento Institucional

Indicador 15 - Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG): Meta superada pela redução dos repasses pactuados no Contrato de Gestão.

Indicador 16. Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano: Meta prejudicada pelos atrasos e pela diminuição de repasses pactuados no Contrato de Gestão. Portanto, a CA decidiu não considerar esse indicador na Avaliação Anual 2015.

Indicador 17. Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA): Resultado alcançado

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA CA

24. Após a análise do Relatório Semestral 2015 do IDSM, e em face aos esclarecimentos prestados pela sua Direção, a CA apresentou, em seu Relatório Anual 2015, as considerações sobre as sugestões e/ou recomendações elaboradas em seus Relatórios anteriores.

25. A única recomendação pendente de relatório anterior dedicada ao IDSM foi considerada “Acatada” e teve sua justificativa apresentada pelo Diretor do IDSM. A recomendação dedicada ao MCTI foi considerada “mantida”. As transcrições das recomendações e respectivas considerações da CA estão demonstradas a seguir.

Ao IDSM

A CA reitera a Recomendação contida no Relatório Anual de 2013, que versa sobre o Planejamento estratégico: “que o IDSM proponha um cronograma de atividades e o apresente até o final de 2013 com previsão de implementação do



planejamento estratégico a ser realizado em 2015. Tal planejamento deve anteceder o novo ciclo do Contrato de Gestão, a ser pactuado com o MCTI. Nesse ciclo, as metas e indicadores deverão refletir, de fato, a missão da Instituição e as atividades desenvolvidas visando o cumprimento dela”.

Comentário da CA: A CA acata a justificativa da não realização do Planejamento Estratégico por falta de recursos

Ao MCTI

Reitera que o MCTI envide esforços no sentido de ter um calendário mais estável, tanto no que se refere à pactuação de termos aditivos ao Contrato celebrado com o IDSM, conforme prevê a Portaria 967/2011 alterada pela Portaria 777/2012, quanto no repasse dos recursos financeiros.

Comentário da CA; A CA entende que não tem sentido reiterar essa recomendação devido a atual situação econômica do país.

Que na renovação dos membros da CA seja mantido pelo menos 1/3 dos membros da Comissão anterior de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos.

Comentário da CA; Recomendação mantida para renovação do novo ciclo.

26. Foram atendidas as duas sugestões do Relatório 2015 direcionadas ao IDSM:

Incluir no Relatório informações sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do CVT tais como módulos disciplinares, número e procedência dos alunos, informações sobre aplicação dos recursos na atividade, parceiros, e outras informações consideradas pertinentes.

Comentário da CA: Sugestão Atendida

As atividades mais relevantes desenvolvidas pelo IDSM, constante ou não do Contrato de Gestão, devem constar do relatório, mesmo que de forma sucinta.

Comentário da CA: Sugestão Atendida

27. Não foram registradas novas sugestões ao IDSM nem ao MCTI.

DISCUSSÃO SOBRE O QUADRO DE INDICADORES E METAS PARA O 4º CICLO DO CONTRATO DE GESTÃO A SER CELEBRADO EM 2016

28. O Diretor do IDSM apresentou a CA o delineamento dos documentos que estão sendo preparados para a celebração do novo Contrato de Gestão – 2016-2021:

- Texto do Contrato de Gestão (nova versão incorporando Acórdãos do TCU, Portarias do MCTI, etc.);
- Anexo I – Diretrizes e Objetivos Estratégicos do Contrato (definidos pela Contratante, o MCTI);



- Anexo II – Plano Diretor da OS;
- Anexo III – Programa de Trabalho (QIM, prazos e sistemática de avaliação);
- Anexo IV – Planilha Orçamentária e Cronograma de Desembolso;
- Anexo V – Termo de Permissão de Uso de Bens Públicos Móveis;
- Anexo VI – Termo de Permissão de Uso de Bens Públicos Imóveis;
- Anexo VII – Servidores Cedidos à OS.

29. Em relação ao Anexo III, o Diretor do IDSM apresentou os indicadores propostos (Tabela 02) para o próximo Ciclo (2016/2021) e que já haviam sido debatidos em reuniões anteriores. A CA, após discussão, concordou com os indicadores a serem utilizados no próximo ciclo do contrato de gestão.

Tabela 2. Quadro de revisão das metas para os indicadores de desempenho do IDSM para o 4ºCiclo do Contrato de Gestão 2016-2021

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1- Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano.	1,00	1,05	1,10	1,15	1,20	1,25
2 – Índice de Publicações Indexadas nos Extratos B2 e Superiores (IPuB2+).	0,28	0,29	0,30	0,31	0,32	0,33
Número Cumulativo de Redes Temáticas de Pesquisa (NCRT) Formalizadas no IDSM ao ano.	2	3	3	4	4	5
4 – Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP) ao Ano.	3	3	3	3	3	3
5 Média Percentual de Permanência das Turmas de Alunos (MPTA) do CVT ao Ano.	>80%	>80%	>80%	>80%	>80%	>80%
6 -Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem Elaboradas Para Diferentes Contextos de Manejo Sustentável de Recursos Naturais (NCRAb).	8	8	9	9	10	10
7 – Número Cumulativo de Cartilhas Sobre Uso Sustentável de Recursos Naturais Publicadas e Aplicadas (NCCPA).	5	5	6	6	7	7
8 – Índice de Pirarucus Manejados com Assessoramento do IDSM com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)	>0,7	>0,7	>0,7	>0,7	>0,7	>0,7
9 – Número de Recursos Naturais Manejados com Assessoramento do IDSM (NRNM) ao ano	6	6	6	7	7	7
10 – Número Cumulativo de Tecnologias Sociais Experimentadas pelo IDSM ao ano, Voltadas ao Incremento da Qualidade de Vida (TSEQV) de Comunidades Rurais da Amazônia	2	3	3	4	4	5
11 – Índice de Participação das Lideranças Capacitadas pelo IDSM (IPLC) ao Ano.	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45
12 – Alavancagem Mínima de Recursos para Custeio Fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRC).	>30%	>30%	>30%	>30%	>30%	>30%
13 – Repercussão das Ações de Comunicação do IDSM ao Ano (RAC).	1600	1620	1640	1660	1680	1700
14 – Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM no Ano (PFAA).	<20%	<20%	<20%	<20%	<20%	<20%



ANÁLISE TÉCNICA DA CGOS

30. Como citado no Parágrafo 18 a equipe técnica da CGOS/SCUP acompanhou a reunião da Comissão de Avaliação, auxiliando na elaboração do Relatório de Avaliação Anual 2015 da CA e levantando questões e apresentando, quando pertinente, esclarecimentos acerca do desempenho da OS no exercício de 2015 de forma a auxiliar a Comissão na tarefa de avaliar as atividades de pesquisa, intercâmbio científico, ensino, desenvolvimento tecnológico, informação científica e manejo sustentável no IDSM. Vários itens relevantes foram expostos e discutidos com a CA e as considerações sobre alguns deles estão abordadas nos parágrafos seguintes.

Análise das Recomendações da Comissão de Avaliação

31. A respeito das recomendações da CA direcionadas ao MCTI nos últimos relatórios, uma delas que versava sobre “envidar esforços no sentido de ter um calendário mais estável, tanto no que se refere a pactuação de termo aditivos ao Contrato de Gestão celebrado com o IDSM, quanto no repasse dos recursos financeiros”, a CA entendeu que não havia sentido reiterar a recomendação face a atual situação econômica do país. A outra que solicitava a manutenção de menos 1/3 dos membros da atual Comissão a CA, quando da renovação do CG, foi mantida.

32. A respeito das sugestões da CA direcionadas ao IDSM nos últimos relatórios, todas foram atendidas, sendo uma sobre a inclusão de informações sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do CVT e outra sobre as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo IDSM.

33. Em face da proximidade do encerramento do atual contrato de gestão (30 de junho de 2016), a CA não fez novas recomendações ou sugestões ao IDSM e ao MCTI.

Alcance das Metas de 2015

34. Com vistas à aferição periódica do andamento das ações e resultados, análise e verificação do grau de atingimento das metas estabelecidas, a qualidade dos resultados e o alcance dos objetivos pactuados, a partir dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade e economicidade, a Comissão de Avaliação se reuniu no IDSM para, conjuntamente com o MCTI, analisar os resultados do Centro em 2015. De acordo com o Art. 20 da Portaria MCTI nº 967/11, e como registrado em seu Relatório Anual e Conclusivo 2015, a CA analisou os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão apresentado a seguinte conclusão (grifo nosso):

*“Após a análise do Relatório de Gestão Anual 2015 do IDSM, a Comissão de Avaliação concluiu que, de acordo com a Sistemática de Avaliação pactuada no Contrato de Gestão, o IDSM atingiu o desempenho esperado, obtendo a **nota média**”*



global de 9.65. Entretanto, a CA na avaliação desconsiderou os indicadores 6, 13 e 16 pela impossibilidade de execução das atividades previstas em decorrência da forte restrição financeira.

35. Esta Análise Técnica corrobora com a conclusão da Comissão e, como esperado, em um modelo de Contratualização de Desempenho, a avaliação foi pautada no alcance das Metas. Registra-se que a nota média global desconsiderou três indicadores em face da impossibilidade da sua execução pela falta de recursos financeiros, sendo que o indicador 16 - Taxa de Atraso dos Pagamentos demonstra de forma clara a situação do Instituto, visto que em 2015 a Instituição pagou cerca de R\$ 230.392,05 em juros e multas.

36. Os indicadores que não foram considerados seguem abaixo:

- Indicador 6 – Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM ao ano (EDEMP).
- Indicador 13 - Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC) e
- Indicador 16. Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano.

37. Além disso, assim como na Reunião Semestral 2015, a CA registrou sua preocupação com a situação financeira do IDSM conforme registro abaixo:

O IDSM continua enfrentando risco de entrar em colapso por falta de repasse de recursos pactuados pelo MCTI no Contrato de Gestão com o IDSM. O recurso previsto para 2015 foi R\$21 milhões; na PLOA esse recurso foi reduzido para R\$18 milhões; na LOA e após contingenciamento ocorrido o valor pactuado recebido foi de apenas R\$16 milhões (parte repassada apenas no início de 2016), representando um corte no orçamento pactuado de 41%. Isto resultou no desligamento de 77 colaboradores e na paralisação de praticamente de todas as atividades de campo essenciais para o cumprimento da missão deste importante instituto, único no mundo dedicado a estudos na área de várzea.

O recurso previsto na PLOA 2016 foi de R\$ 12 milhões e o valor aprovado na LOA foi de R\$ 8,96 milhões, que representa apenas 30% do valor pactuado para 2015. Esse valor é muito inferior às necessidades para pagamento do quadro funcional e cumprimento das atividades finalísticas.

A CA relembra que o abandono do IDSM tem repercussões amazônicas e internacionais. Em nível amazônico o não repasse



de recursos pactuados transmite um sinal negativo para os governos da Amazônia. Como resultado da recessão econômica, muitos governos estaduais já estão diminuindo investimentos em C,T&I. A manutenção dos recursos do IDSM torna-se estratégico. Em nível internacional o IDSM tem visibilidade devido ao sucesso de suas tecnologias socioambientais e pesquisas sobre as áreas úmidas, inclusive tendo recebido em 2015 prêmios internacionais.

38. Esta Análise Técnica entende a preocupação da CA, mas informa que não houve “abandono do IDSM”, mas sim contingências de ordem orçamentária e financeira ocorridas devido ao contexto econômico do país, inclusive reconhecido pela CA à fl. 2321. Neste sentido, o MCTI vem envidando esforços para recompor o orçamento do IDSM de forma a minimizar eventuais prejuízos às atividades do Instituto.

Análise da Evolução dos Saldos Financeiros² e da Reserva Técnica³ do IDSM

39. Como previsto na Lei nº 9.637/98, Art. 2, Inciso I, item b, as OS têm finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento dos seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades. Já o Art. 12, §§ 1º e 2º, da Portaria MCTI nº 967/11 disciplina que “a reserva técnica financeira será constituída na reprogramação dos saldos financeiros para compor os recursos provisionados para o exercício, nas condições e montante definidos no contrato de gestão”. No caso do IDSM, a Cláusula Sexta – Da Reserva Técnica – regula a finalidade de utilização, obrigatoriedade de vinculação com o Contrato de Gestão e o montante máximo da Reserva.

40. Registra-se que a Análise Técnica realizada sobre a utilização dos Saldos Financeiros do IDSM, Parágrafos 40 e 43 desta NT, referem-se aos dispêndios realizados em 2015.

41. O IDSM apresentou na página 73 do seu Relatório de Gestão de 2015 os Saldos Financeiros em 31 de dezembro de 2015 e a previsão de utilização dos recursos de custeio das atividades iniciadas em 2015, como mostrado na Tabela 4 a seguir. Desta forma, os valores, finalidades e vinculação dos recursos do Saldo Financeiro, como registrados no Relatório do IDSM, estão de acordo com a legislação vigente e com o Contrato de Gestão.

² **Saldos Financeiros do Contrato de Gestão:** montante dos valores acumulados a título de saldo das ações concluídas, não concluídas e/ou canceladas, os valores geridos a título de **reserva técnica**, os valores acumulados a título de superávit anual de anos anteriores, bem como os resultados de suas aplicações financeiros devidamente apurados e demonstrados em 31 de dezembro. (Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011, alterada pela Portaria MCTI nº 777, de 31 de outubro de 2012, Anexo II – Glossário).

³ **Reserva Técnica Financeira:** montante de recursos financeiros devidamente demonstrado e pactuado no contrato de gestão e termos aditivos, com a finalidade de assegurar condições de operação da Organização Social (Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011, alterada pela Portaria MCTI nº 777, de 31 de outubro de 2012, Anexo II – Glossário).



Tabela 4. Evolução dos Saldos Financeiros reprogramados pelo IDSM.

	Saldo em 31 de dezembro de 2014 utilizado em 2015	Saldo em 31 de dezembro de 2015 em utilização em 2016	Variação (%)
Saldos financeiros reprogramados	R\$ 8.015.956,00	R\$ 1.921.601,19	-76%
Destino dos recursos (reserva trabalhista + fluxo de caixa para custeio de até 8 meses, conforme cláusula sexta, subcláusula primeira do Contrato de Gestão)			
I - Custeio das atividades básicas da OS	R\$ 2.495.956,00	R\$ 308.601,19	-88%
Valor da Reserva Técnica II - Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos	R\$ 5.520.000,00	R\$ 1.613.000,00	-71%
III - Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão	R\$ 0,00	R\$ 0	-

41. Esta Análise Técnica constatou que os Saldos Financeiros reprogramados para 2015 foram de R\$ 8.015.956,00, sendo (i) R\$ 2.495.956,00 (58%) para custeio das atividades básicas da OS e (ii) R\$ 5.520.000,00 (42%) referente à Reserva Técnica financeira. Os valores destinados à Reserva Técnica Financeira foram estabelecidos por cálculo da Diretoria do IDSM para uma eventual descontinuidade de seus trabalhos e foi consignada por decisão do Conselho de Administração da Organização Social, sendo dela guardião, necessitando de sua autorização para ser utilizada.

42. Realizando uma comparação entre os recursos dos Saldos Financeiros destinados ao custeio das atividades básicas da OS R\$ 8.015.956,00, os dispêndios do IDSM com Pessoal, Custeio e Investimento, na ordem de R\$ 19.537.107,38, observa-se que o primeiro foi totalmente absorvido pelas despesas regulares do Instituto até abril de 2015, conforme relatório de gestão, quando toda a reserva foi consumida.

43. Desta forma, esta Análise Técnica se manifesta de forma conclusiva ao afirmar que a consecução das metas e objetivos estratégicos do Contrato de Gestão estão associados à utilização adequada dos recursos dos Saldos Financeiros, ressalvando que os recursos foram insuficientes para a manutenção da OS, visto que o primeiro Termo Aditivo foi pactuado apenas em julho de 2015.

Dispêndios com Recursos Humanos

44. A Cláusula Sétima do Contrato de Gestão estabelece o limite de 60% dos recursos financeiros repassados para gastos com pagamento de pessoal.



“Observados os efeitos de eventuais repactuações orçamentárias, o IDSM poderá gastar até 60% dos recursos financeiros a este repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos.”

45. De acordo com informações extraídas do relatório de Gestão Anual do IDSM, e transcritas nesta Nota Técnica no Parágrafo 9, observa-se que o montante de recursos destinado ao pagamento de pessoal foi de R\$ 14.136.979,35. **Este valor corresponde à 115% do valor pactuado e efetivamente repassado.** Portanto, o IDSM não atendeu à norma disposta nesta cláusula contratual no exercício de 2015, se considerados para o cálculo deste percentual apenas os valores repassados referentes à LOA 2015.

46. Acerca da superação do limite máximo pactuado para gastos com a rubrica “Recursos Humanos” (salários, gratificações, tributos e benefícios), o IDSM fez os seguintes comentários no Relatório de Gestão 2015 (**grifo nosso**):

“Nenhuma transferência de recursos do MCTI ocorreu no primeiro semestre de 2015. Em junho ocorreu a celebração do 12º Termo Aditivo. Todavia o recurso referente a este termo só foi transferido em meados de julho. Durante o segundo semestre de 2015 foram assinados o 13º e 14º Termos Aditivos, mas os recursos deste último não foram transferidos ao Mamirauá em 2015.

Os recursos constantes do saldo financeiro de 2014 e que formavam a reserva técnica da instituição foram consumidos até o final de abril. Os gastos crescentes da instituição, referentes ao atendimento das metas dos indicadores de desempenho do IDSM, fazem com que a necessidade de recursos ocorra cada ano mais cedo. Estas características orçamentárias e financeiras do IDSM vêm sendo repetidamente informadas ao MCTI por meio de ofícios desde 2011. Ainda assim, nenhuma alteração nos valores transferidos, no cronograma de transferências, na reposição da reserva técnica ou na repactuação geral de metas (com redução de estrutura e pessoal) foi acordada para o enfrentamento destas graves necessidades. Assim, em maio de 2015 já não havia qualquer recurso em caixa para o custeio das ações institucionais e para pagamento de pessoal. Sendo o IDSM forçado a realizar empréstimos para pagamento de folha, sem os encargos. Apenas em início de julho, com a chegada dos recursos referentes ao 12º T.A., assinado em junho, foi possível saldar os empréstimos, saldar uma pequena parte das dívidas com fornecedores e efetuar o pagamento da folha do mês de junho.

O contrato de gestão do IDSM previa para 2015 um orçamento de 27 milhões. Infelizmente, os valores da PLOA (mantidos em torno de 24 milhões pelo MCTI) foram reduzidos inicialmente para 21 milhões e



assim aprovados no Congresso Nacional. Todavia, no decreto de homologação da presidência da república a LOA de 2015 alocou para o IDSM apenas 18.2 milhões de reais. Destes valores houve redução para 12.2 milhões em resposta aos cortes orçamentários do governo federal. Isto representou uma redução brusca de 54,8% nos valores transferidos ao ano no Contrato de Gestão. Em setembro de 2015 foi assinado o 13º Termo Aditivo, que permitiu a transferência da totalidade de 12,2 milhões de reais. Com despesas crescentes, e dívidas acumuladas, o IDSM mostrou-se economicamente inviável a partir deste mês. As despesas de folha de pagamentos ficaram acima da disponibilidade de recursos. **Para fazer frente a tais despesas, novos empréstimos foram realizados e os pagamentos salariais ficaram atrasados.** O pagamento a fornecedores foi suspenso desde outubro de 2015. Em resposta à grave situação, continuamente informamos ao MCTI. A SEXEC permitiu a assinatura do 14º Termo Aditivo, no valor de 4 milhões de reais, o que elevaria as transferências de 2015 para 16,2 milhões de reais. Todavia, os valores do 14º Termo Aditivo assinado em dezembro não foram transferidos ao IDSM em 2015.

Estes fatos geraram profundos impactos negativos no funcionamento da OS, que em momentos chegou a cogitar o encerramento de suas atividades. Várias ações de campo tiveram que ser adiadas, e algumas delas só poderão ser realizadas em 2016, devido às condicionantes sazonais do ambiente de várzea. Outras ações de pesquisa não puderam ser executadas por falta de recursos para aquisição de equipamentos essenciais. O mesmo se deu com relação à baixa participação de pesquisadores do IDSM em eventos científicos relevantes no Brasil ou no exterior.

Outro profundo impacto observado foi a necessidade de rápida redução dos custos da folha de pagamentos. Desta forma, a redução do quadro de pessoal foi a maneira legal possível para atender as necessidades impostas pela nova situação orçamentária e financeira do IDSM. A partir de setembro, um esforço de redução das equipes de empregados, bolsistas, alunos e estagiários culminou, em dezembro, **com a redução de 35% da força de trabalho.** Com sérias implicações para a capacidade da instituição continuar na busca de sua missão. Tudo isso exerceu um impacto relevante sobre as metas pactuadas para 2015. Não apenas aquelas relacionadas à produção científica, mas a todos os macroprocessos institucionais. No caso da atividade científica, tais impactos serão observados ainda no decorrer dos próximos anos.”



Quadro 1. Detalhamento mensal e anual dos valores pagos ao IDSM em 2015

Quadro 19. Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no Ano de 2015 – Regime de Caixa

MÊS DA FOLHA	SALÁRIO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES	GRATIFICAÇÃO	FERIAS	RESCISAO	TOTAL DE REMUNERAÇÃO PAGO	ENCARGOS TRABALHISTAS						VALE TRANSP.	SOMA TOTAL	
						INSS	FGTS	PIS	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R - RETIDO NA FONTE	SEGURO VIDA			PLANO SAUDE
JANEIRO	7.199,69		31.945,00	7.359,13	46.503,82	251.798,39	7.155,94	7.733,41	82,13	106.477,03		9.211,10	326,40	429.288,12
FEVEREIRO	459.883,50	42.175,92	41.109,00	4.944,69	548.113,11	258.191,32	65.247,35	7.961,06	82,13	75.180,52	6.692,76		422,40	961.890,57
MARÇO	1.040.445,56	101.719,66	43.754,00	5.025,29	1.190.944,51	250.272,49	64.358,01	7.713,84		81.903,36	6.420,05	18.526,00	192,00	1.620.330,26
ABRIL	533.842,86	54.483,20	64.069,00	18.123,61	670.518,67	257.822,08	66.764,38	7.961,48	23.915,44	88.717,38	6.646,67	9.144,12		1.131.490,42
MAIO			71.554,00	29.996,66	101.550,66		67.878,89						205,20	169.634,75
JUNHO	508.522,40	52.321,44	12.359,00		573.202,84		65.005,84						248,20	573.451,04
JULHO	1.120.734,68	105.943,72	62.858,00	67.610,98	1.357.147,38	791.061,15	166.614,05	24.353,70	1.232,10	259.558,73	20.516,73	27.837,65	227,00	2.648.548,49
AGOSTO	528.550,13	53.185,88	50.480,00	12.313,92	644.529,93	258.409,91	65.272,97	7.940,26	-	91.271,10	6.557,05	-	226,80	1.074.308,02
SETEMBRO	520.753,88	52.518,43	20.963,00	4.876,66	599.111,97	257.652,16	62.569,96	7.790,34	-	84.841,94	6.638,20	9.446,33	226,80	1.028.267,72
OUTUBRO	529.250,00	54.527,62	43.836,00	29.749,08	657.362,70	248.566,04	77.046,30	7.487,29	260,70	77.620,15	6.411,07	18.463,32	216,00	1.093.433,57
NOVEMBRO	537.355,78	1.036,50	39.925,00	137.477,22	715.794,50	-	184.965,37	7.387,38	82,13	-	6.409,40	9.208,27	151,20	923.998,25
NOVEMBRO 1º PARC. 13º	303.324,50	1.036,50			304.361,00	-	24.349,88	-	-	-	-	-	-	328.709,88
DEZEMBRO	488.287,39	310,95	41.829,00	16.453,83	546.881,17	-	69.050,31	6.986,31	-	-	5.813,99	8.329,46	216,00	637.277,24
DEZEMBRO 2º PARC. 13º	201.555,52				201.555,52									201.555,52
TOTAL GERAL	6.778.705,89	519.258,82	524.681,00	333.961,27	8.157.577,98	2.573.773,54	921.262,33	93.315,07	25.654,63	965.576,21	72.205,94	110.166,25	2.658,00	12.822.183,95

Memória de Cálculo	
Repasso do Contrato de Gestão	12.172.159,27
Soma total	12.172.159,27
Limite anual gastos com pessoal em 2015 (60%)	7.303.295,56
Média do limite mensal de gastos com pessoal	608.607,96
Gastos efetivos com pessoal em 2015	14.136.979,35
Encargos trabalhistas em aberto outubro a dezembro/2015 e 13º salário 2015	1.314.795,40

Atualizado em 11/02/2016

NOTA: NOTA EXPLICATIVA: O valor real de gastos com pessoal realizados em 2015 totaliza R\$ 14.136.979,35. O valor pactuado no contrato de gestão para desembolso em 2015 seria de R\$ 27.250.535, porém tivemos cortes e os valores acordados nos termos Aditivo 12º, 13º e 14º para desembolso em 2015 totalizam R\$ 16.172.159,27, estando pendente de repasse o valor de R\$ 4.000.000,00, referente ao 14º termo aditivo. Devido ao contingenciamento ocorrido, o limite de 60% de gastos com pessoal e encargos trabalhistas ficou seriamente comprometido, o que acarretou na extrapolação do limite de gastos com pessoal. Para cumprir com suas obrigações trabalhistas o IDSM utilizou todo o saldo financeiro de 2014, inclusive Reserva Técnica que é destinada à finalização de contratos trabalhistas, encerrando o ano com um déficit de encargos trabalhistas em aberto referente ao período de outubro a dezembro/2015 e 13º/2015 totalizando R\$ 1.314.795,40.

Fonte: Relatório Anual IDSM – 2015 – Página 74

47. Esta Análise Técnica considera pertinentes os argumentos apresentados pelo IDSM no parágrafo anterior, e registra que o cenário deverá se repetir no ano de 2016 se não houver a recomposição do orçamento e redução de despesas de pessoal do Instituto. Registra-se que ao final do exercício 2015, o IDSM apresentava encargos trabalhistas devidos no valor de R\$ 1.314.795,40, conforme demonstrado no Quadro 1 acima

48. A Cláusula que estabelece o limite de 60% dos recursos financeiros repassados para gastos com pagamento de pessoal deverá ser **revista na renovação do novo Contrato de Gestão**, com o objetivo que seja mais realista, tendo em vista a restrição orçamentária enfrentada pelo MCTI e a instabilidade no repasse de recursos financeiros para o IDSM.

49. Para o exercício de 2016, a fórmula de calculo a ser utilizada terá como parâmetro **todas as receitas auferidas pela Instituição executadas no exercício (dentre estes, Restos a Pagar recebidos de exercícios anteriores e a Reserva Técnica utilizada)**, a título de exemplo, usando esta metodologia, o percentual em 2015 seria de 69% conforme tabela abaixo:

Recursos Auferidos no Exercício	R\$
Saldo inicial (01.01)	8.015.956



Recursos recebidos – repasses MCTI	12.172.159
Receita financeira líquida	295.247
Total	20.483.362
Gastos com Pessoal	14.136.979
Percentual	69%

Relatório dos Auditores Independentes

50. Foi realizada uma conferência no “Relatório dos Auditores Independentes” apresentado no Relatório de Gestão 2015 do IDSM – Parte III, cujo objetivo foi avaliar a adequação das práticas contábeis utilizadas, cumprimento dos procedimentos e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da OS. Em 2015, não foram identificadas ressalvas na opinião da Auditoria sobre as demonstrações financeiros do Centro.

51. As diversas Demonstrações e o Balanço Patrimonial do CNPEM foram analisados pela “Sá Leitão Auditoria”, contratada pela Organização Social, que avaliou as demonstrações como um todo, incluindo recursos provenientes do Contrato de Gestão, Convênios e outras fontes. Após o exame das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes foram de parecer favorável à aprovação das contas de 2015 apresentadas pelo Conselho de Administração do IDSM, como transcrito:

“Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM – OS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

52. O ativo permanente em 31 de dezembro de 2015 apresentado no “Relatório Sobre o Exame das Demonstrações Financeiras” realizado por auditores independentes da “Sá Leitão Auditoria” evidenciou um Patrimônio Imobilizado e um Patrimônio Intangível que, subtraídas suas respectivas depreciações, somam o valor de R\$ 13.761.254,00 que integram ao inventário e retornam ao patrimônio da união em caso de desqualificação da Organização Social. Em comparação com o exercício de 2014, foi reduzido do ativo permanente do IDSM o montante de R\$ 1.382.237,00, o que representa um decréscimo patrimonial de ativos não circulantes igual a 9%.

53. Em atendimento a Portaria MCTI 967/2011, art. 34, § 6º, **o IDSM cumpriu a norma que impede a contratação do Auditor Independente por mais de 3 anos.**

54. Sobre os **itens de fiscalização** da execução do contrato de gestão especificados no Portaria 967/2011 e que devem ser destacados e analisados pela auditoria externa, o

IDSME complementou as informações do relatório de gestão após solicitação da CGOS, a partir de uma segunda contratação da empresa de "Sá Leitão Auditoria", conforme mensagem recebida em 07 de abril de 2016 por esta Coordenação.



55. No documento a empresa de auditoria registra o seguinte comentário:

"Informamos que no decorrer dos nossos trabalhos de auditoria independente atentamos para que os gastos realizados pelo Instituto no exercício de 2015 estivessem adequados com o objetivo, ações e metas estabelecidas no Contrato de Gestão e que o Instituto mantinha uma eficiência na gestão sob os aspectos de economicidade e de necessidade o relevância das suas contratações. Não identificamos fatos relacionados a esses aspectos que merecessem citações nessa carta de controle na forma de recomendações para um melhor controle gerencial".

Destaques de Gestão do IDSME em 2015

56. Foram destaques as seguintes ações:

- A iniciativa "Conservação do Peixe-boi Amazônico" venceu o Prêmio Nacional da Biodiversidade, na categoria Academia e na categoria Juri Popular, oferecida pelo ICMBio para todas as pesquisas em conservação da biodiversidade no Brasil.
- O Programa de Pesca do IDSME é finalista na etapa nacional do Prêmio Energy GlobeAward, promovido anualmente pela Energy Globe Foundation, instituição com sede na Áustria, que contempla as melhores iniciativas sustentáveis de conservação no mundo.
- Em 2015, a Pousada Uacari recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o certificado de excelência do Tripadvisor.
- A implantação de três fábricas de gelo solar, em caráter piloto, como um dos resultados do prêmio Google-Desafio Social.
- O IDSME alcançou o segundo lugar na categoria social no Prêmio Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente edição 2015 com o projeto "Aeróstato Remoto de Telecomunicação e Sensoriamento para Inclusão Digital".

CONCLUSÃO

57. Após a análise do Relatório Anual 2015, das informações prestadas pela Direção do IDSME e de acordo com a sistemática de avaliação constante no anexo V do Contrato de Gestão 2010-2016, a CA verificou que de 15 indicadores passíveis de avaliação 10 tiveram suas metas alcançadas e por vezes superadas, o que concedeu nota final de 9,65 ao IDSME. Nesse sentido, a CA concluiu que, em relação à execução do Plano de Ação,



o Instituto “atingiu plenamente as metas compromissadas” para o ano de 2015.

58. Dentre as metas ainda não atingidas pelo o IDSM por falta de recursos, no exercício de 2015, estão: Índice Geral de Publicações não-Indexadas (IPuNI), Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA) e Índice de comunidades Beneficiadas (ICB)

59. Do exposto conclui-se que a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, **com dificuldade**, vem cumprindo com suas obrigações, parte de suas metas e atingindo resultados relevantes, porém foram necessárias medidas drásticas como a redução de 35% da força de trabalho, readequação dos gastos e a suspensão de quase todas as atividades de campo.

60. Uma vez que os recursos destinados a rubrica de Recursos Humanos do IDSM foram de R\$ 14,136,979,36, correspondendo à 115% do valor pactuado e efetivamente repassado, o IDSM **não atendeu à norma disposta nesta cláusula contratual** no exercício de 2015, se considerados apenas os recursos efetivamente recebidos da LOA 2015. Registra-se que os argumentos apresentados pelo IDSM no relatório de gestão 2015 são considerados válidos e pertinentes e que a metodologia de cálculo do percentual será revista para os próximos exercícios. **Para 2016 os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual LOA (R\$ 8.956.977,00) são insuficientes para a manutenção da Instituição e há risco de paralisação das atividades.** Faz-se necessário que a situação do IDSM seja discutida no âmbito da SEXEC juntamente com os representantes do MCTI no Conselho de Administração do IDSM com o objetivo de solucionar a situação da Instituição, sendo prioritária a recomposição orçamentária e a liberação adequada de recursos financeiros, para cumprimento das metas acordadas no Contrato de Gestão.

61. Pelo exposto nos parágrafos anteriores e em atendimento ao Parágrafo Único do Art. nº 36 da Portaria MCTI 967/2011, sugiro o encaminhamento da presente Nota Técnica e do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão MCTI/IDSM ao Senhor Secretário-Executivo, para ciência da avaliação da consecução do Contrato de Gestão do IDSM pela Comissão e da manifestação desta CGOS, subsidiando a homologação ministerial. Proponho ainda, o envio do Relatório da CA à Direção da OS para conhecimento e providências e desta Nota Técnica aos membros da Comissão de Avaliação, aos representantes do MCTI no Conselho de Administração da OS e ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI para conhecimento.

Estas são as conclusões que se submetem à consideração, análise e decisão superior.

Brasília, 14 de junho de 2016.



FABOANTO5C

FABIO ALEXANDRE BARRETO DA SILVA

Analista em C&T

Aprovo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Executivo para ciência e discernimento acerca da análise das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM, seguido do encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado para homologação.

FÁBIO DE PAIVA VAZ

Coordenador-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais –
CGOS/SCUP/MCTI





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.
Secretaria-Executiva

DESPACHO

Assunto: Análise do cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, no período de janeiro a dezembro de 2015.

Ref.: Processo nº 01200.001834/2010-29

Considero pertinente a análise da Nota Técnica nº /2016 – CGOS/SCUP sobre a análise do cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito do Contrato de Gestão firmado entre a União, por intermédio deste Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM e constantes dos autos do processo acima referido.

Encaminha-se para o Gabinete do Senhor Ministro de Estado para Homologação dos resultados alcançados no ano de 2015.

Brasília, de de 2016.


ELTON SANTA FÉ ZACARIAS
Secretário-Executivo do MCTI

